**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 9

GRUPO II – DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 1

Responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos em relação ao indulto.

- 1 Qual a natureza jurídica?
- 2 Qual a espécie normativa que o veicula?
- 3 Há limites materiais para a sua concessão?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

9.1 Extinção da punibilidade.

PADRÃO DE RESPOSTA

O indulto tem natureza jurídica de causa de extinção da punibilidade (art. 107, II, Código Penal), possuindo índole marcadamente política, e se insere no âmbito de competência privativa do presidente da República, consoante o art. 84, XII, da Constituição Federal, que o veicula através de decreto. Há limites materiais para a sua concessão, previstos no art. 5.º, XLII, da Constituição Federal, que proíbe concessão de indulto para condenados por crimes hediondos, tortura, terrorismo ou tráfico ilícito de entorpecentes. O STF, no julgamento da ADI 2795/DF, reconheceu que indulto se insere no campo do poder discricionário do presidente da República e sua limitação se encontra apenas no mencionado art. 5.º, XLII, da CF.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA

PROVA ORAL/MALOTE 9

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Um policial militar prendeu em flagrante delito uma pessoa por posse de moeda falsa. No auto de prisão, o policial informou que realizou revista pessoal no indivíduo, pois ele tinha uma atitude suspeita. O fato de o preso ser um jovem negro e estar vestido com camisa de *rapper* em um bairro nobre fez o policial suspeitar de que ele lá estaria para praticar delitos.

Critique a postura do referido policial à luz da criminologia e das regras processuais penais.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3 Sistemas de investigação preliminar. Investigação, princípios e garantias constitucionais. Inquérito Policial. Procedimentos administrativos e investigativos de órgãos públicos não policiais. Comissão Parlamentar de Inquérito. Investigação pelo Ministério Público. Investigação sob a supervisão judicial. Juiz das garantias. Delegado de polícia, investigação e postulação processual. Indiciamento. Trancamento da investigação preliminar. Prazos.

PADRÃO DE RESPOSTA

Do ponto de vista criminológico, a conduta do policial se adéqua a uma política criminal de gestão penal da pobreza e de etiquetamento, o que é inadmissível em um Estado democrático de direito. A alegada atitude suspeita não é fundamento idôneo para a medida de busca pessoal prevista no art. 244 do CPP, que estabelece como requisitos de tal medida, por parte da polícia, a existência de fundada suspeita “de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar”. Na concepção do STF, no julgamento do HC 81304-4/GO, “a fundada suspeita, prevista no art. 244 do CPP, não pode fundar-se em parâmetros unicamente subjetivos, exigindo elementos concretos que indiquem a necessidade da revista em face do constrangimento que causa. Ausência, no caso, de elementos desta natureza, que não se pode ter configurado na alegação de que trajava, o paciente, blusão suscetível de esconder uma arma, sob risco de referendo a condutas arbitrárias, ofensivas a direitos e garantias individuais e caracterizadoras de abuso de poder”.